

MONITOR

O BOLETIM DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

UMA PUBLICAÇÃO DA

Nº 26 JULHO/AGOSTO 2024



O QUE ESPERAR DAS FINANÇAS MUNICIPAIS EM



CARTA DO PRESIDENTE

Informação que não dorme no ponto

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresenta o "Monitor – O Boletim das Finanças Municipais", uma publicação que apresenta conteúdo de grande relevância para os gestores(as), secretários(as) e técnicos(as) da área de finanças dos Municípios.

O objetivo principal é sempre apresentar temas que são importantes para as administrações locais, com ênfase em uma análise bimensal do comportamento das principais receitas próprias, tornando-se assim uma grande fonte de pesquisa e planejamento municipal.

Além disso, a cada edição, é apresentado um tema principal, sobre o qual discutimos vários aspectos, com enfoque nas finanças públicas, nos formatos de entrevistas, artigos e com conteúdo de qualidade.

Convidamos todos(as) para que leiam o "Monitor" e, caso desejem contribuir, enviem sugestões, críticas, boas práticas de seu Município ou alguma dúvida.

A CNM é a casa dos Municípios, e a casa é sua!

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM



Sede
SGAN 601 – Módulo N
CEP: 70830-010
Asa Norte – Brasília/DF
Tel/Fax: (61) 2101-6000

Escritório Regional
Rua Marçílio Dias, 574
Bairro Menino Deus
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS
Tel/Fax: (51) 3232-3330

 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM

 /portalcnm



www.CNM.org.br

**Municipalismo forte
se faz com a
participação de todos**

ENTREVISTA – MONITOR

Secretários de fazenda falam do cenário fiscal de 2024

Durante a XXV *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, ocorreu a arena técnica "Cenário Fiscal de 2024", com a participação de secretários e secretárias municipais de quatro regiões do país. A arena contou com a exposição do secretário de Finanças do Município de Piraquara (PR), Thiago Brites; a secretária de Finanças de Potim (SP), Re-

nata de Oliveira Coelho, e a secretária municipal de Fazenda de Tangará da Serra (MT), Angela Nascimento da Silva. Em comum, os gestores municipais destacaram a importância do controle interno, da qualificação de pessoal e da transparência pública para uma gestão fiscal responsável.

PLANEJAMENTO A PARTIR DA DESACELERAÇÃO DAS RECEITAS E DO AUMENTO DAS DESPESAS

O planejamento só foi possível devido ao acompanhamento das receitas e despesas é realizado praticamente diariamente, deixando mais fácil a adequação das despesas conforme a oscilação da receita. Durante o exercício de 2023 houve muita instabilidade na receita e foi verificado que a partir de fevereiro as principais receitas começaram a apresentar uma queda significativa em relação ao ano anterior.

A implementação de políticas de contenção de gastos foi priorizada durante toda a gestão, porque sem o devido controle financeiro não haveria recursos para custear a máquina e tampouco para se realizar os investimentos mais básicos. Com o aumento das despesas, tivemos que reduzir o poder de investimento para custear a máquina pública, projetos sociais foram mantidos e priorizados, considerando o alto índice de vulnerabilidade acarretada pela pandemia.

Planejamento orçamentário de acordo com a realidade, ou seja, sem superestimar a previsão da receita, além de providenciar um cronograma de desembolso, o contingenciamento da aquisição de equipamentos e materiais permanentes para depois do 1º quadrimestre do exercício financeiro, e a provisão da reserva de contingência. Essas ações visaram minimizar o risco fiscal em caso de eventual frustração na arrecadação, bem como a desaceleração das receitas.

Piraquara (PR)
Thiago Brites



Potim (SP)
Renata de Oliveria Coelho



Tangará da Serra (MT)
Angela Nascimento da Silva



CONTROLES E AJUSTES PARA O EQUILÍBRIO DAS CONTAS MUNICIPAIS EM 2023

Possuímos como diretriz fundamental realizar os pagamentos dos fornecedores em dia, geralmente antes do vencimento. Para manter o pagamento em dia, houve a necessidade de reavaliar as despesas, fazendo algumas adequações do que não era essencial, deixando-as para um segundo momento. Mantendo, assim, as contas em dia e equacionadas.

Piraquara (PR)

Thiago Brites



Nos últimos anos foram implementadas diversas melhorias nos procedimentos internos, análises e fiscalizações periódicas em busca de inconsistências para melhorar a receita própria do Município. Com as auditorias e as fiscalizações, a receita do ISS cresceu. No IPTU, a realização de análise periódica nos cadastros para verificação de inconsistências ou erros resultou em um crescimento da receita.

Começamos o ano já com a projeção de déficit, considerando essas projeções, contingenciamos as receitas de forma que pudéssemos cumprir com nossas metas de investimentos obrigatórios, além de acompanhar de perto todas as tendências mensalmente, com isso conseguimos fechar o ano de trabalho com as contas em dia e cumprindo nossos compromissos.

Potim (SP)

Renata de Oliveria Coelho



Para equilibrar as contas a Secretaria implementou um controle maior dos gastos, além de medidas de incremento de novas receitas, com REFIS, cobranças administrativas e judiciais. Acreditamos que com a arrecadação equilibrada com os gastos, garantiremos a eficácia das políticas públicas e a execução de investimento de qualidade.

Os principais ajustes foram realizados nos gastos de pessoal. Foram necessárias medidas de controle, como limitações de realização de horas extras, de atos que aumentavam a despesa com pessoal, a convocação de novos servidores somente para reposição. Com esses ajustes, conseguimos finalizar o exercício financeiro de 2023 nos limites estabelecidos na LRF.

Tangará da Serra (MT)

Angela Nascimento da Silva



Fortalecimento da arrecadação do ISSQN por meio de auditorias fiscais, atualização do cadastro imobiliário referente à metragem da área construída, cadastro imobiliário referente aos dados do contribuinte, estruturação da equipe da fiscalização e da tributação para fortalecimento da arrecadação do ITBI, modernização e agilidade no processo de abertura de empresas, ações de cobranças dos tributos municipais.

MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS OU AUMENTO DE ARRECADAÇÃO

PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024

Uma combinação de fatores gera boas perspectivas, uma vez que as receitas estão em constante crescimento em relação ao ano anterior. Todos os pagamentos de fornecedores estão em dia, a realização de um refis, a reestruturação do departamento de dívida ativa. O fechamento do 1º quadrimestre foi com superávit e com o cumprimento dos índices constitucionais de aplicação obrigatórios.

O ano será desafiador, considerando a atual perspectiva fiscal brasileira e a tensão entre as decisões políticas e técnicas. Com preocupações sobre o equilíbrio fiscal, as perspectivas permanecem moderadamente otimistas. Há necessidades de se manter as medidas orçamentário-financeiro para que o Município continue seus compromissos, levando em consideração as restrições impostas pelo ano eleitoral.

As perspectivas para 2024 são desafiadoras, a pressão sobre os Municípios quanto ao atendimento de demandas de média e alta complexidade – obrigações do Estado e da União – têm sido cada vez mais transferidas aos Municípios, seja por meio de decisões judiciais, ou por meio de demandas da população, não atendidas. Portanto, encerrar o exercício financeiro de 2024 será uma missão árdua.

Piraquara (PR)

Thiago Brites



Potim (SP)

Renata de Oliveria Coelho



Tangará da Serra (MT)

Angela Nascimento da Silva



Estudo

Panorama das finanças públicas municipais 2024

Os gestores municipais têm enfrentado diversos desafios nos últimos anos. Para 2024, além do planejamento, da aprovação e da execução do orçamento local para o ano corrente, os gestores se preocuparão com as particularidades do encerramento de mandato a fim de assegurar a continuidade, a regularidade e a efetividade da prestação dos serviços públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) introduziu algumas regras para final de mandato que deverão ser obrigatoriamente observadas pelos gestores municipais. Basicamente, essas regras referem-se aos gastos com pessoal, contratação de operações de crédito (incluindo operações de antecipação de receita orçamentária), endividamento, realização de despesas que se estenderão até o exercício seguinte (Restos a Pagar) e as chamadas transferências voluntárias (convênios).

O objetivo central deste texto é

apresentar um quadro da situação fiscal dos Municípios nos últimos anos e as perspectivas para 2024. Durante o ano de 2023, a CNM alertou os gestores municipais sobre a crise municipal pela qual a maioria das cidades estava passando. **Parte da crise foi explicada pela redução no ritmo de crescimento das receitas e pelo aumento expressivo das despesas públicas.** Os resultados preliminares apontam para uma recuperação da situação fiscal, embora nos últimos 12 meses ainda exista um considerável déficit fiscal. Por trás dessa recuperação está a aceleração do crescimento da receita municipal, que agora acompanha a expansão dos gastos públicos.

A arrecadação se manteve elevada nos três níveis de governo e afetou positivamente os Municípios, garantindo um crescimento real de 10,2%. A arrecadação própria dos Municípios se elevou em quase 9%,

e o repasse dos Estados, via a cota-parte do ICMS, cresceu 4,5% no ano. Os repasses federais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a reboque do aumento de arrecadação do IR e do IPI, cresceram mais de 13,6% em 2023. Pelo lado das despesas, o ano de 2023 foi marcado por forte alta de 26% nas despesas de capital, ancoradas pelo aumento das despesas com investimentos, além do crescimento de 7,5% das despesas correntes.

Foi feito levantamento, junto aos demonstrativos enviados à STN, do desempenho das receitas e das despesas municipais para os quatro primeiros meses do ano, além de avaliação frente ao mesmo período financeiro de 2023. O presente levantamento revela o resultado financeiro de 2.564 prefeituras (46% dos Municípios).

Portanto, tomando os resultados em conjunto, há uma redução no descompasso entre a taxa de crescimento das receitas e as despesas públicas. Para a amostra selecionada, a receita em 2024 foi 16,1% maior do que o mesmo período em 2023, e, para as despesas, o crescimento neste ano foi de 15,6%. O resultado primário de janeiro a abril – que é a diferença entre receitas e despesas não financeiras – indica que a quantidade de cidades com as contas no vermelho passou de 1.055 em 2023 para 300 em 2024, sugerindo um processo de recuperação das finanças municipais.



Comportamento das Receitas no primeiro quadrimestre de 2024

Na composição das receitas analisou-se a evolução das receitas correntes e de capitais. No comportamento das receitas, apurou-se um crescimento real da receita corrente de 14,2% em comparação a 2023. Esse crescimento é explicado pela expansão das transferências federais e estaduais, que cresceram quase R\$ 29,7 bilhões, e das receitas de impostos, que se expandiram em R\$ 10,4 bilhões. Essa importante recuperação contribuiu para a expansão de 16,1% na receita primária municipal. Tradicionalmente, o primeiro e o sexto bimestre são os que apresentam os maiores volumes de arrecadação.



Tabela 1 – A decomposição da receita municipal no segundo bimestre (a preços de 2024 pelo IPCA)

Receitas	2023	2024	%	Diferença
Receitas Correntes	278.833.712.947	318.331.622.133	14,2%	39.497.909.186
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	90.121.742.566	100.487.322.839	11,5%	10.365.580.272
Contribuições	5.627.402.176	5.739.281.317	2,0%	111.879.141
Transferências	163.344.514.738	192.997.048.635	18,2%	29.652.533.896
FPM	32.122.046.907	35.395.811.280	10,2%	3.273.764.373
ICMS	32.452.910.814	37.885.257.777	16,7%	5.432.346.963
Outras transferências correntes (inclui emendas parlamentares)	39.040.683.621	49.970.290.692	28,0%	10.929.607.071
Fundeb	42.581.188.411	51.452.746.276	20,8%	8.871.557.866
Demais Transferências	17.147.684.986	18.292.942.610	6,7%	1.145.257.624
Demais Receitas Correntes	9.690.015.319	10.989.159.674	13,4%	1.299.144.356
Receitas Correntes Primárias (I)	269.883.339.850	311.586.037.033	15,5%	41.702.697.183
Receitas de Capital Primárias (II)	7.521.251.075	12.037.912.891	60,1%	4.516.661.817
Total (I) + (II)	292.293.500.280	339.348.666.610	16,1%	47.055.166.330

Fonte: Siconfi/STN. Elaboração CNM.

Composição das despesas no primeiro quadrimestre de 2024

As despesas primárias nos Municípios se elevaram em 15,6% nos quatro primeiros meses do ano, equivalente a uma expansão de R\$ 35,0 bilhões. A despesa corrente se expandiu em 14,3%, puxada pelo aumento de R\$ 20 bilhões das despesas de custeio, em decorrência do aumento das despesas com prestadores de serviços, pela aquisição de material de consumo e aos repasses para entidades que fornecem serviços de educação e saúde. Também contribuiu para a expansão o aumento de R\$ 7,8 bilhões das despesas de pessoal (7,6%) e de R\$ 4,4 bilhões do investimento público (38,4%).



Tabela 2 – Despesa municipal no segundo bimestre
(a preços de março de 2024 pelo IPCA)

Despesas	2023	2024	%	Diferença
Despesas Correntes	197.622.170.757	225.796.853.535	14,3%	28.174.682.777
Pessoal e Encargos	103.150.626.759	110.943.331.161	7,6%	7.792.704.402
Juros	2.388.313.378	2.761.310.113	15,6%	372.996.735
Outras Despesas Correntes	92.083.230.621	112.092.212.261	21,7%	20.008.981.641
Despesas de Capital	16.870.635.717	21.980.986.766	30,3%	5.110.351.049
Investimento	11.384.274.359	15.753.813.314	38,4%	4.369.538.955
Inversões Financeiras	261.226.810	431.609.963	65,2%	170.383.152
Amortização da Dívida	5.225.134.548	5.795.563.490	10,9%	570.428.941
Despesas Correntes Primárias (I)	195.233.857.380	223.035.543.422	14,2%	27.801.686.043
Despesas de Capital Primárias (II)	11.624.295.695	16.159.517.136	39,0%	4.535.221.441
Total (I) + (II)	224.884.232.308	259.854.619.883	15,6%	34.970.387.575

Fonte: Siconfi/STN. Elaboração CNM.

O elevado crescimento da despesa pública é um fator de preocupação para a gestão municipal, pois requer cada vez mais a elevação da arrecadação para o equilíbrio das contas públicas. Esse cenário tem sido causado pelo contínuo processo de atribuição da execução de serviços públicos pelos Municípios sem a contrapartida financeira necessária. Vale destacar que o último bimestre de cada ano é o período no qual as despesas públicas apresentam a sua maior elevação.

Tomando em conjunto receitas e despesas primárias, a Tabela 3 apresenta a totalidade das receitas primárias ar-

recadadas e as despesas primárias pagas (incluindo restos a pagar), além do resultado primário decorrente, que é o saldo entre receitas e despesas. Dos 2.564 Municípios que enviaram dados fiscais para a STN até 20 de junho, 11,7% (300) indicaram ter ocorrido déficit no período. Para 2023, esse percentual foi 41,1% (1.055), o que indica que mais Municípios encerraram o segundo bimestre de 2024 com as contas no azul. Mais recursos em caixa podem auxiliar os gestores a aprimorarem a capacidade de provisão orçamentária, possibilitando uma melhor organização para o final de mandato.

Tabela 3 – Resultado Primário (a preços de 2024 pelo IPCA)

Ano	Amostra de Municípios	Deficitários	Deficitários (%)	Receita Total (R\$ bilhões)	Despesa Total (R\$ bilhões)	Resultado Primário (R\$ bilhões)
2023	2.564	1.055	41,1%	292,3	224,9	67,4
2024	2.564	300	11,7%	339,3	259,9	79,5

Fonte: Siconfi/STN. Elaboração CNM.

É possível, ainda, avaliar o desempenho fiscal dos Municípios, apresentado nas Tabelas 1 e 2, de acordo com o porte populacional das localidades. A principal vantagem dessa abordagem é avaliar se Municípios pequenos e grandes, por exemplo, apresentaram trajetórias distintas na composição do Resultado Primário.

A Tabela 4 apresenta a distribuição da representatividade da amostra frente a quantidade total de Municípios por faixa populacional, enquanto a Tabela 5 apresenta o desempenho das receitas primárias totais, despesas primárias totais e o resultado primário de acordo com as faixas populacionais.

Tabela 4 – Percentual de Municípios da amostra por porte populacional

População	Municípios	Amostra de Municípios	Amostra (%)
Até 5 mil	1.324	382	28,9%
Entre 5 e 10 mil	1.171	430	36,7%
Entre 10 e 20 mil	1.365	639	46,8%
Entre 20 e 50 mil	1.054	528	50,1%
Entre 50 e 100 mil	337	293	86,9%
Entre 100 e 300 mil	228	207	90,8%
Acima de 300 mil	91	85	93,4%
Total	5.570	2.564	46,0%

Fonte: Siconfi/STN. Elaboração CNM.

Tabela 5 – Composição do Resultado Primário entre 2023 e 2024 (porte populacional e a preços de 2024 pelo IPCA)

Faixa Populacional	Porte	Receita Total			Despesa Total			Resultado Primário	
		2023	2024	Cresc	2023	2024	Cresc	2023	2024
Até 5 mil	1	3.628	4.211	16,1%	3.211	3.547	10,5%	417	664
Entre 5 e 10 mil	2	5.908	7.097	20,1%	5.270	5.830	10,6%	638	1.267
Entre 10 e 20 mil	3	14.893	18.238	22,5%	13.171	14.987	13,8%	1.722	3.252
Entre 20 e 50 mil	4	26.167	31.436	20,1%	22.330	25.144	12,6%	3.837	6.292
Entre 50 e 100 mil	5	34.770	41.606	19,7%	27.791	32.301	16,2%	6.979	9.305
Entre 100 e 300 mil	6	60.586	71.055	17,3%	46.148	54.027	17,1%	14.438	17.029
Acima de 300 mil	7	146.342	165.705	13,2%	106.964	124.019	15,9%	39.378	41.686
Total		292.294	339.349	16,1%	224.884	259.855	15,6%	67.409	79.494

Fonte: Siconfi/STN. Elaboração CNM.

Com base na Tabela 5, é possível afirmar que todas as faixas populacionais apresentaram crescimento real das receitas, com destaque para as cidades abaixo de 50 mil habitantes. Por outro lado, ao se avaliar as despesas totais em todo o país, os Municípios pequenos reportaram consistentemente variações da despesa total inferiores à média do desempenho dos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Já as maiores taxas de crescimentos ocorreram nos Municípios entre 100 e 300 mil habitantes (17,1%). A combinação de receitas e despesas ajuda a explicar como o resultado

primário melhorou no começo do ano de 2024.

Ainda sobre o resultado primário entre 2023 e 2024, a Tabela 6 indica o percentual de Municípios que fecharam os primeiros quatro meses do ano com déficit primário de acordo com o porte populacional das cidades. De acordo com os resultados, é possível observar um componente populacional no déficit das cidades: o percentual de cidades em déficit foi maior nas cidades pouco populosas, em comparação às cidades de médio e grande porte. Além disso, é possível observar que a quantidade de cidades em déficit caiu consideravelmente em 2024.

Tabela 6 – Quantidade e percentual de cidades em déficit no 2º bimestre de 2024

Porte populacional	2023	Déficit em 2023 (%)	2024	Déficit em 2024 (%)
Até 5 mil	174	46%	65	17,0%
Entre 5 e 10 mil	211	49%	56	13,0%
Entre 10 e 20 mil	303	47%	79	12,4%
Entre 20 e 50 mil	202	38%	62	11,7%
Entre 50 e 100 mil	97	33%	23	7,8%
Entre 100 e 300 mil	58	28%	10	4,8%
Acima de 300 mil	10	12%	5	5,9%
Total	1.055	41%	2324	90,6%

Fonte: Siconfi/STN. Elaboração CNM.

Considerações Finais

O início deste ano nas prefeituras municipais é marcado, dentre outras atividades, pela preocupação com a situação fiscal, posto que ao menos metade dos Municípios do país encerrou o ano de 2023 com déficit primário. No início de 2024 tem sido observado um processo de recuperação da arrecadação, ao passo que os gestores tentam conter as despesas e se organizam para as particularidades legais do último ano de mandato.

A partir dos dados fiscais enviados por 2,5 mil prefeituras para a STN, foi possível observar o aumento real das receitas primárias em 16,1%. Tradicionalmente, os primeiros dois bimestres apresentam o maior volume de arrecadação própria no ano, em função da concentração de arrecadação do IPTU

e dos repasses do FPM de fevereiro, que costumam concentrar os maiores repasses. Esse aumento foi suficiente para acumular caixa no ano, iniciando um processo de recuperação das contas públicas.

Por outro lado, um fator de preocupação para os gestores públicos é a generalizada expansão da despesa pública no período (+15,6%), que desde meados de 2022 apresenta uma trajetória de difícil controle. Nesse período, contribuíram para o aumento de despesas os gastos com o custeio da máquina pública e os gastos de pessoal. No primeiro quadrimestre, os gestores ainda conseguiram uma ampliação importante de investimentos públicos. Como, em geral, as despesas públicas tendem a se acelerar durante o ano, atingindo a sua maior expansão nos últimos dois meses, cabe aos gestores muita cautela na utilização.

Conjuntura

Perspectivas da Economia brasileira

O último Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central no dia 21 de junho de 2024, indica que a expectativa de mercado aponta para o crescimento da economia brasileira em 2,05% neste ano. A Inflação, mensurada pelo IPCA, mantém a expectativa de fechar o ano em 3,86% – abaixo do limite superior da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em relação à taxa de juros, fundamental para a retomada de investimentos e o financiamento dos débitos municipais, o mercado espera que a Taxa Selic encerre o ano de 2024 a uma taxa de 10,0% a.a., abaixo do patamar atual de 10,5% a.a.

Conquista da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios: manutenção da desoneração da folha em 2024

Uma conquista do movimento municipalista, ocorrida durante a XXV Marcha, foi o anúncio da manutenção da desoneração da folha dos Municípios em 8% até o final de 2024. A Confederação estima que essa medida gerará uma economia de R\$ 6,5 bilhões até o final do ano para os Municípios brasileiros. De acordo com o atual modelo de desoneração, serão beneficiados pela medida quase 5,4 mil Municípios.



Liberação das Emendas Parlamentares até o final de maio

Até o final de maio de 2024, o governo federal repassou R\$ 5,5 bilhões aos Municípios em emendas parlamentares. Os repasses de maio foram os primeiros do ano. O governo não havia realizado repasses no mesmo período de 2023. No atual levantamento, R\$ 5,3 bilhões foram oriundos de emendas individuais – de deputados e senadores –, R\$ 122 milhões de emendas de bancada e R\$ 60,9 milhões em emendas de comissão.

O emprego formal nos Municípios

Nos quatro primeiros meses de 2024, foram gerados 953 mil empregos com carteira assinada no Brasil, o que representa uma expansão de 33% contra o mesmo período de 2023. Os dados de abril apontam que 60% dos Municípios fecharam o mês com mais admissões do que desligamentos. O aquecimento do mercado de trabalho se reflete no volume recorde de trabalhadores com carteira assinada: 46,5 milhões e no crescimento de 3,8% das contratações nos últimos 12 meses. O mercado de trabalho na região Norte (4,7%) e no Centro-Oeste (4,2%) está ainda mais aquecido que a média nacional. Destacou-se nesse primeiro quadrimestre o crescimento do emprego no setor

de serviços (+556 mil vagas), puxados pelos profissionais da administração pública (+219 mil), de apoio administrativo (+134 mil) e pelos funcionários de transporte, armazenagem e Correio (+65 mil).

O desempenho do FPM em 2024 até o mês de maio

De janeiro a maio de 2024, o FPM cresceu 11,97% em termos nominais ou 7,63% acima da taxa de inflação na comparação com o mesmo período de 2023, passando de R\$ 76,6 bilhões para R\$ 85,8 bilhões (+R\$ 9,2 bilhões). A maior parte desse crescimento (69% ou R\$ 6,3 bilhões) é explicada pela expansão do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), decorrente dos recolhimentos da tributação dos fundos exclusivos (IRRF-Capital) e do aumento da massa salarial (IRRF-Trabalho). O IPI contribuiu com 18% da expansão (+R\$ 1,6 bilhão); e o IRPJ, obtido a partir do lucro das empresas, contribuiu com 9% (+R\$ 859 milhões).

Em que pese o crescimento dos repasses nos dois primeiros meses do ano, a CNM orienta os gestores para uso dos recursos com cautela e atenção. O cenário atual de crise nas prefeituras, com aumento generalizado das despesas e baixo crescimento das receitas, reforça a necessidade de controle das finanças públicas.

Comparação do repasse do FPM (R\$ bilhões)

R\$ bilhões	Período	2023	2024	%
Valores nominais	Janeiro	14,86	16,72	12,5%
	Fevereiro	20,00	22,74	13,7%
	Março	12,23	14,18	15,9%
	Abril	13,99	14,87	6,3%
	Maio	15,55	17,30	11,2%
	Janeiro a Maio		76,63	85,80
Valores reais	Janeiro	15,77	16,98	7,7%
	Fevereiro	21,04	22,90	8,8%
	Março	12,78	14,25	11,5%
	Abril	14,53	14,92	2,7%
	Maio	16,11	17,30	7,4%
	Janeiro a Maio		80,23	86,35

Fonte: STN. Elaboração: CNM.

Tributos próprios

Arrecadação de impostos nos Municípios: 6º bimestre de 2023

A arrecadação dos impostos municipais – ISS, IPTU, ITBI e IRRF – somou R\$ 255,5 bilhões em 2023, representando uma expansão 13,9% superior ao observado para o mesmo período de 2022.

A receita de ISS, que corresponde a 48% de toda a receita própria de impostos, alcançou R\$ 122,0 bilhões (+14,0%) em 2023. Na sequência, o IPTU, que concentra

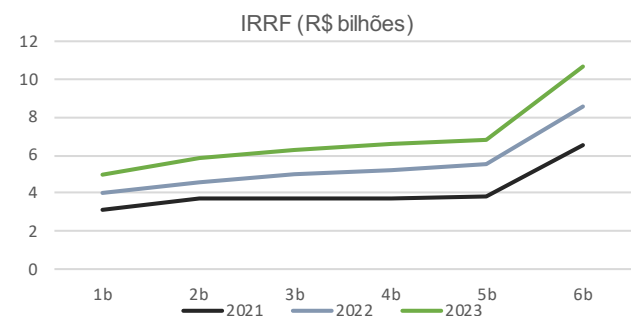
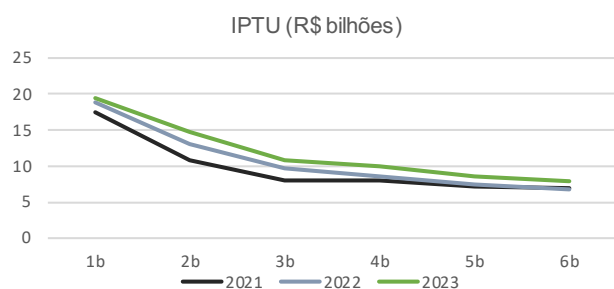
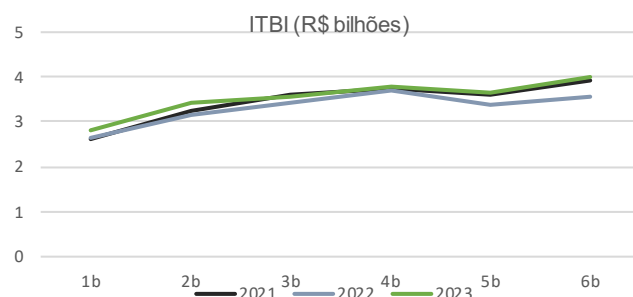
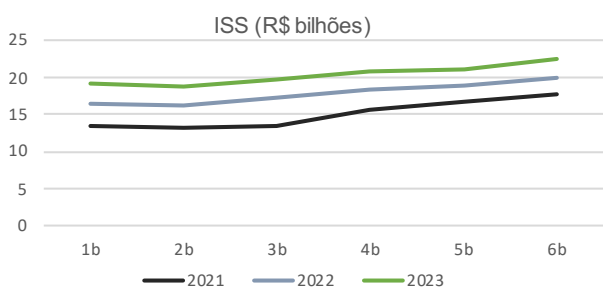
28% da arrecadação própria de impostos, expandiu 10,3% em 2023, alcançando a cifra de R\$ 71,1 bilhões. O IRRF e o ITBI apresentam posição minoritária no conjunto de impostos, sendo responsáveis por 16% e 8% do volume arrecadado. O crescimento dos dois tributos foi de 25,2% e 6,8%, alcançando a arrecadação de R\$ 41,2 bilhões e R\$ 21,3 bilhões.

Arrecadação própria municipal (R\$ bilhões)

Receita	2021	2022	2023	2023/2022 (%)
ISS	90,1	107,0	122,0	14,0%
IPTU	58,4	64,5	71,1	10,3%
ITBI	20,8	19,9	21,3	6,8%
IRRF	24,7	32,9	41,2	25,2%
Total	194,0	224,3	255,5	13,9%

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM

A arrecadação bimestral de cada imposto, comparando o desempenho entre 2021 e 2023, é apresentada abaixo:



Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM

Cabe avaliar que a composição dos impostos tem muito a ver com o porte populacional dos Municípios. Nas grandes cidades, aproximadamente 80% de tudo que é arrecadado é ISS (51%) ou IPTU (29%), cabendo ao IRRF e ao ITBI uma menor relevância no volume total arrecadado. Por

outro lado, nas cidades pequenas – de até 5 mil habitantes, por exemplo –, esses dois tributos correspondem a 48% do total, divididos entre ISS (36%) e IPTU (12%). São mais relevantes do que o IPTU, para essas pequenas cidades, as arrecadações de IRRF (34%) e ITBI (18%).

2023	ISS	IPTU	ITBI	IRRF	Total
Até 5 mil hab.	36%	12%	18%	34%	100%
5 a 10 mil hab.	42%	16%	15%	27%	100%
10 a 20 mil hab.	42%	18%	12%	28%	100%
20 a 50 mil hab.	42%	23%	11%	24%	100%
50 a 100 mil hab.	42%	27%	9%	21%	100%
100 a 300 mil hab.	43%	29%	9%	19%	100%
Acima de 300 mil hab.	51%	29%	7%	13%	100%

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM.

Arrecadação própria

Confira a receita estimada de IPTU, ISS, ITBI e IRRF nos seis bimestres de 2022 e 2023

Porte 1: Até 5 mil habitantes

Porte 2: Acima de 5 mil habitantes até 10 mil habitantes

Porte 3: Acima de 10 mil habitantes até 20 mil habitantes

Porte 4: Acima de 20 mil habitantes até 50 mil habitantes

Porte 5: Acima de 50 mil habitantes até 100 mil habitantes

Porte 6: Acima de 100 mil habitantes até 300 mil habitantes

Porte 7: Acima de 300 mil habitantes.



ISSQN

	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	5º Bim/22	6º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23	5º Bim/23	6º Bim/23
Porte 1	82.918.410	97.976.708	115.581.839	126.027.772	131.233.484	144.670.970	114.218.702	117.364.460	130.409.337	140.430.517	134.820.469	156.614.140
Porte 2	178.834.755	200.106.626	223.034.965	239.604.872	264.006.694	286.244.388	219.510.167	238.753.301	254.162.459	284.495.931	283.893.052	313.059.278
Porte 3	362.814.047	403.330.690	469.007.719	506.850.672	518.872.418	593.714.965	495.221.069	507.250.654	578.974.142	615.976.052	622.565.034	710.979.690
Porte 4	916.253.003	978.807.289	1.054.092.123	1.152.990.799	1.209.351.263	1.307.424.083	1.174.509.081	1.179.294.413	1.272.320.689	1.348.581.805	1.342.690.735	1.493.056.512
Porte 5	1.003.304.000	1.037.393.005	1.119.834.566	1.220.892.748	1.263.742.858	1.341.211.909	1.258.015.386	1.267.799.909	1.384.562.259	1.433.021.611	1.477.969.732	1.544.992.679
Porte 6	2.305.510.845	2.328.964.730	2.526.280.509	2.627.688.579	2.742.370.525	2.890.015.776	2.650.054.434	2.686.978.704	2.839.819.669	2.964.959.335	2.967.021.636	3.277.848.890
Porte 7	11.701.623.780	11.149.708.061	11.693.217.744	12.396.255.390	12.755.719.168	13.362.151.533	13.218.836.401	12.750.751.266	13.170.637.575	14.115.223.308	14.262.124.646	14.975.624.254
Total	16.551.258.840	16.196.287.111	17.201.049.466	18.270.310.832	18.885.296.409	19.925.433.624	19.130.365.241	18.748.192.707	19.630.886.130	20.902.688.561	21.091.085.304	22.472.175.442

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM

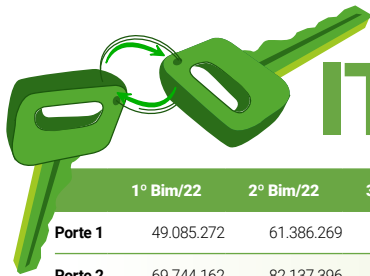


IPTU



	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	5º Bim/22	6º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23	5º Bim/23	6º Bim/23
Porte 1	19.787.813	58.762.341	56.350.751	40.718.022	28.502.747	22.704.010	23.989.807	65.412.969	64.600.756	45.299.973	31.411.407	27.497.625
Porte 2	50.570.171	138.348.203	118.997.398	88.239.793	64.774.723	83.800.181	115.957.773	159.294.517	124.836.478	98.413.734	72.147.089	61.475.452
Porte 3	176.452.680	322.442.174	282.446.338	232.782.156	148.741.761	166.724.736	227.762.364	374.413.267	337.807.082	250.266.332	184.208.392	173.576.053
Porte 4	675.942.281	1.000.423.162	740.197.127	573.667.662	425.570.914	396.176.077	721.267.579	1.078.910.463	838.713.241	671.270.516	468.383.031	461.794.183
Porte 5	1.114.867.974	1.243.973.670	787.367.294	668.693.241	517.753.097	508.729.294	1.153.462.436	1.451.001.802	873.097.302	711.898.536	594.088.529	626.934.704
Porte 6	2.628.754.553	2.688.423.476	1.688.393.655	1.388.094.884	1.110.881.582	1.156.035.026	2.866.178.092	2.802.974.518	1.842.624.326	1.531.180.675	1.298.152.782	1.418.122.312
Porte 7	14.181.609.142	7.486.173.858	6.102.084.069	5.589.828.148	5.267.037.361	4.433.501.684	14.332.887.214	8.761.838.277	6.633.841.636	6.554.154.183	5.857.927.125	5.132.328.614
Total	18.847.984.615	12.938.546.884	9.775.836.633	8.582.023.905	7.563.262.185	6.767.671.007	19.441.505.265	14.693.845.813	10.715.520.820	9.862.483.950	8.506.318.355	7.901.728.943

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM



ITBI



	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	5º Bim/22	6º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23	5º Bim/23	6º Bim/23
Porte 1	49.085.272	61.386.269	76.496.020	67.540.612	69.117.933	65.624.746	47.359.618	58.818.505	68.543.922	68.805.965	73.831.787	83.280.286
Porte 2	69.744.162	82.137.396	100.791.877	110.292.774	106.585.423	126.215.228	66.057.404	86.073.175	101.197.993	109.431.600	109.137.341	115.585.292
Porte 3	113.984.234	148.577.558	162.119.305	163.459.841	172.494.495	208.419.740	118.870.485	145.640.495	164.735.640	184.815.243	179.138.428	182.106.078
Porte 4	227.323.455	286.455.605	306.183.950	326.653.241	316.893.949	347.213.936	301.803.288	334.744.967	348.978.602	371.301.237	385.374.865	391.424.971
Porte 5	239.319.067	270.766.947	292.894.412	313.827.829	287.259.678	304.597.698	248.450.342	306.266.323	296.798.687	316.272.614	311.559.134	336.275.329
Porte 6	453.484.395	519.981.679	599.677.024	606.162.557	577.093.552	569.233.988	447.606.411	556.950.593	583.038.356	634.346.185	595.949.477	661.168.138
Porte 7	1.492.952.767	1.769.088.998	1.908.554.570	2.113.588.489	1.847.809.557	1.961.534.636	1.584.159.508	1.960.789.482	2.000.222.887	2.083.891.966	2.001.528.727	2.231.613.336
Total	2.645.893.352	3.138.394.455	3.446.717.158	3.701.525.345	3.377.254.587	3.582.839.972	2.814.307.057	3.449.283.540	3.563.516.087	3.768.864.809	3.656.519.758	4.001.453.430

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM



IRRF



	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	5º Bim/22	6º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23	5º Bim/23	6º Bim/23
Porte 1	55.100.598	86.537.848	83.809.479	87.782.982	94.367.520	168.994.152	81.247.741	106.771.482	110.642.453	107.842.425	125.845.257	215.375.708
Porte 2	78.022.254	104.956.063	117.798.564	124.515.664	134.035.254	240.161.250	112.822.840	145.717.914	149.492.481	153.885.000	168.700.632	292.315.604
Porte 3	194.499.446	242.342.040	283.840.645	295.387.226	307.689.101	556.856.052	252.994.753	347.198.505	353.590.104	355.089.015	411.759.253	690.014.678
Porte 4	393.257.078	497.240.269	547.715.914	571.714.571	591.467.915	983.943.472	507.115.867	661.852.357	709.779.988	703.793.605	783.522.503	1.213.867.575
Porte 5	380.525.834	434.306.292	493.631.855	528.184.460	516.535.705	868.511.144	475.655.065	642.033.979	609.648.000	633.204.260	695.290.823	1.089.734.831
Porte 6	719.249.790	876.575.260	996.299.213	1.007.141.119	1.043.741.036	1.653.350.770	882.270.139	1.096.608.607	1.181.707.607	1.231.420.961	1.291.449.833	2.082.289.958
Porte 7	2.191.560.142	2.370.649.466	2.504.744.585	2.571.061.014	2.811.808.666	4.093.112.844	2.661.590.155	2.885.998.792	3.190.490.421	3.375.242.466	3.309.514.444	5.086.742.837
Total	4.012.215.142	4.612.607.238	5.027.840.254	5.185.787.036	5.499.645.196	8.564.929.684	4.973.696.560	5.886.181.635	6.305.351.054	6.560.477.732	6.786.082.743	10.670.341.190

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM

Gestão Municipal

Os Municípios têm mais de 7 milhões de servidores

A gestão municipal é extremamente complexa, pois temos uma grande diversidade de Municípios, com características distintas: os grandes aglomerados urbanos nas regiões metropolitanas, as médias cidades-polo, as cidades litorâneas, as cidades que ficam nas encostas das serras, as pequenas cidades do nosso interior. Eles se configuram em um grande conjunto heterogêneo, com as mesmas dificuldades de escassez de recursos e demanda de suas populações por melhores serviços públicos.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com os Municípios elevados à condição de Entes autônomos na nossa Federação, ocorreu um movimento por parte da União e dos Estados em repassar mais responsabilidades na execução dos serviços públicos aos Municípios, mas sem os recursos suficientes para se fazer essa execução.

Dessa forma, ao longo desse período, o movimento municipalista conseguiu algumas conquistas importantes de maior participação no bolo tributário, com a aprovação de legislações federais no Congresso Nacional.

Durante esta última *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a equipe dos Estudos Técnicos da CNM elaborou um estudo que avaliou os servidores das prefeituras, utilizando a RAIS como fonte secundária, e os seus respectivos cargos dentro da estrutura dos Municípios. Os resultados chamam atenção para quem conhe-

ce a Administração Pública há muitos anos, já que houve um crescimento bastante expressivo de servidores nas áreas de prestação de serviços públicos à população. Atualmente, há mais professores, mais enfermeiros, mais médicos, mais merendeiras, mais assistentes sociais do que tínhamos anteriormente; ao longo do tempo, as gestões municipais foram pressionadas a contratar mais pessoal e alocá-los nos serviços essenciais. Este movimento se deu em todas as cidades e pode ser explicado com a municipalização das políticas públicas: quanto menos servidores a União e os Estados têm para prestar os serviços, mais servidores têm de ser contratados pelo poder local.

O estudo comparou os anos de 2010 e de 2022, e os números são estes: a quantidade de profissionais de Educação aumentou de 1,5 milhão de ocupações em 2010 para incríveis 2,3 milhões, um crescimento de 49%; os profissionais de Saúde, por sua vez, que, em 2010, eram 914 mil, passaram para 1,33 milhão em 2022, crescimento de 37%; os profissionais da área de Assistência Social eram 35 mil, em 2010, e, em 2022, chegaram a 95 mil, com um aumento de 166%; demais profissionais de nível superior totalizavam 130 mil em 2010 e passaram a ser 205 mil em 2022 (57%); em contraposição, os servidores técnicos administrativos que eram, em 2010, 1,204 milhão passaram para 1,232, um crescimento de somente 2,3%. Assim tínhamos em 2010 5,4 milhões de servidores e em 2022 al-



Eduardo Stranz
Consultor da CNM

cançamos 7,1 milhões, com um aumento de 31,8%.

Recomendo que todos(as) possam ler este estudo técnico, pois além de abordar a quantidade de servidores municipais, foram realizadas comparações sobre a remuneração média de cada uma dessas ocupações. E, mais uma vez, os resultados surpreendem, enquanto houve um aumento significativo nos profissionais de Educação, ocorreu um decréscimo do salário médio entre os profissionais de Saúde e Assistência Social.

Esses dados corroboram com números reais o processo que ocorreu e que ainda está em andamento no Brasil de transferência de responsabilidades para a execução das políticas públicas pelos Municípios, mas sem os recursos financeiros para fazer frente a esta enorme demanda; por isso, é sempre muito importante o movimento municipalista chamar a atenção da nossa sociedade.

Acesse as publicações periódicas dos Estudos Técnicos

Notas Decendiais do FPM

A CNM divulga uma Nota Decendial a cada repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A publicação apresenta a evolução do FPM no exercício financeiro, sua taxa de crescimento em relação ao mesmo decêndio, mês e ano anterior e os repasses para cada estado por coeficiente do Fundo de Participação. Confira no QR Code ao lado:



Informativos do Mercado de Trabalho

O Informativo CNM: Mercado de Trabalho é publicado mensalmente pela Confederação e apresenta a criação de empregos com carteira assinada nos Municípios a partir do Novo Caged. São apresentadas a evolução dos empregos nos últimos meses, a difusão da geração de emprego entre os Municípios e a sua expansão por porte populacional e região geográfica. Confira no QR Code os Informativos CNM:



Informativos do Mercado de Trabalho do Agro

O Informativo CNM: Emprego no Campo é publicado mensalmente pela Confederação e apresenta a criação de empregos da cadeia do agro com carteira assinada nos Municípios a partir do Novo Caged. São apresentadas a evolução dos empregos por porte populacional, região geográfica, além de pontuar os segmentos do agro, atividades econômicas e Municípios que mais geraram empregos a cada mês. Confira no QR Code os Informativos CNM:



Informativos de Inflação

O Informativo CNM: Inflação é publicado mensalmente pela Confederação e divulga a inflação mensal coletada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. São apresentadas a evolução da inflação mensal e nos últimos doze meses, a sua difusão na cesta de produtos, além dos setores e itens mais e menos afetados. Confira no QR Code os Informativos CNM:



A CNM está presente também nas redes sociais e quer interagir com seu Município por lá também!



portalcnm

Portal CNM

cadastre-se na lista de transmissão



portalcnm

TV Portal CNM

<https://www.cnm.org.br/index.php/contato/whatsapp>

O Monitor CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.

Presidente: **Paulo Ziulkoski** • Editor responsável: **Vinicius de Almeida**
 Equipe Técnica: **Eduardo Stranz, Hilton Leal, João de Sá, Vinicius de Almeida e Wanderson Rocha**
 Revisão: **KM Publicações** • Design: **Eduardo Viana | Themaz Comunicação**
 Endereço: **SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010**
 Telefone: **(61) 2101-6000** • Fax: **(61) 2101-6008** • E-mail: **atendimento@cnm.org.br**